



As Privatizações e o Mercado de Capitais

Márcio Veríssimo*

As privatizações são fundamentais para alavancar os investimentos no Brasil, principalmente na área de infra-estrutura, uma das mais carentes de recursos, e o mercado de capitais pode ser instrumento fundamental desse processo.

Naturalmente, as privatizações podem ser apenas parciais, com o Estado mantendo ainda o controle da companhia, visto que a privatização total é um assunto ainda tabu no Brasil — infelizmente.

Adicionalmente, o mercado de capitais também pode ser uma excelente maneira de recuperar empresas estatais em situação financeira frágil ou com incapacidade de investir ou, finalmente, simplesmente para liberar recursos para o Estado fazer investimentos em áreas mais fundamentais de sua atuação como educação e saúde. Vejamos, portanto, cada um desses casos.

O primeiro caso de sucesso que podemos mencionar é o da CESP, que encontrava-se com um acúmulo de dívidas que inviabilizava seus investimentos e até mesmo sua sustentabilidade. Através de uma oferta de ações foi possível captar recursos para liquidar parcela significativa dessa dívida, tornando-a uma empresa saneada e pronta para retomar seu caminho de crescimento novamente, permitindo uma situação ganha-ganha para todos: a população que volta a ter uma companhia elétrica que investe em

infra-estrutura, os credores que recebem os montantes devidos, o Estado que não precisa arcar com todo custo dessa operação e pode focar em suas atividades fundamentais, e os próprios acionistas que passam a ser investidores de uma companhia com futuro e não de uma empresa insolvente.

Em outros casos, o Estado pode optar por vender uma parte da companhia, ainda que mantendo o controle. Isso ajuda o Estado a levantar recursos para investir em áreas prioritárias para a população.

O suposto favorecimento a um dos licitantes no leilão de rodovias não se confirmou; o grupo em questão perdeu

Nesses casos podemos citar a venda parcial da Nossa Caixa, da Petrobras, do Banco do Brasil, entre outros.

Hoje existe a expectativa, ainda que não confirmada, que o Governo de São Paulo adote essa estratégia para diversas companhias de sua propriedade, ainda que sob o protesto de sindicalistas e outros grupos contra as privatizações. A despeito desses protestos, o momento para adotar essa alternativa é muito propícia, uma vez que o mercado está muito receptivo para emissões e, seguindo a mesma lógica que os emissores privados, o Estado pode captar recursos vendendo participação a um preço muito atrativo.

Finalmente, o modelo de privatização para que os novos controladores possam realizar

investimentos privados, sem onerar o caixa limitado do governo talvez seja o mais crítico hoje, dadas as condições de infra-estrutura no Brasil, que ainda requer um volume altíssimo de investimentos.

Nesse caso, a parceria com investidores privados é a única maneira de efetuar os investimentos sem comprometer o caixa do governo, que não possui recursos no montante necessário.

Esse modelo de privatização, por exemplo, permitiu o salto magnífico do setor de telefonia no Brasil, de uma situação onde havia espera de anos por uma linha fixa para outra onde existe uma oferta maior que a demanda de linhas fixas e mais de 110 milhões de celulares, acessíveis mesmo para classes baixas. Isso garantiu que o setor de telecomunicações — anteriormente um gargalo para o desenvolvimento brasileiro — atingisse um patamar superior ao de muitos outros setores de nossa economia em tempo recorde, com a vantagem adicional que o Governo Federal, a despeito das críticas sem fundamento, vendeu essas participações por valores também muito expressivos para as condições da época.

Ontem, o atual Governo Federal finalmente deu início ao programa de concessões de rodovias federais, programa esse adiado reiteradas vezes nos últimos anos.

Apesar de uma acusação de suposto favorecimento a um dos licitantes antes do leilão (que, note-se, não se confirmou, visto que o grupo em questão perdeu os principais trechos leiloados para outro

concorrente) e de uma liminar de um concorrente desclassificado que paralisou temporariamente o leilão até que a referida liminar fosse cassada, o leilão foi realizado com sucesso, sem protestos de grupos anti-privatização, o que talvez não seja uma surpresa.

Com efeito, os descontos registrados em relação ao pedágio máximo foram bastante expressivos, demonstrando a competitividade do leilão e que os interesses dos consumidores foram preservados. Dessa maneira, mais um importante gargalo de infra-estrutura brasileira talvez tenha sido vencido ontem, ao menos parcialmente.

Como essas concessões estão ligadas ao mercado de capitais? Simples: o principal vencedor das concessões, a OHL Brasil, tinha um grande saldo em caixa justamente decorrente da sua abertura de capital, permitindo-lhe assegurar o fluxo para vultosos investimentos, aliás, como alguns dos outros concorrentes também, contribuindo portanto até para a concorrência do leilão.

* Consultor, especial para Gazeta Mercantil
E-mail: ri@gazetamercantil.com.br

**DIVULGAÇÃO EXEMPLAR™
EMPRESAS CERTIFICADAS
NET SERVIÇOS**

AGENDA DO INVESTIDOR

Evento	10/10	11/10	12/10
10/10	10/10	11/10	12/10

GVT -- 10/10 --
Fonte: www.divulgacaoexemplar.com.br